

Legislação de **DIREITO** **PÚBLICO**

maio/26



CADIP
CLICK LEGIS



TRIBUNAL DE JUSTIÇA

3 DE FEVEREIRO DE 1874



COORDENADORIA DO CADIP (BIÊNIO 2026-2027)

Desembargador Vicente de Abreu Amadei
Desembargadora Maria Laura de Assis
Moura Tavares

EQUIPE CADIP

Roberto Camilo de Carvalho Jr
Vanderlei de Paula Machuco
Ana Paula Morosin
Eduardo Issamu Ikegami
Marcio Francisco Cotineli
Renata Cesar Clark
Renata Daniela Ruggiero Facundo
Ricardo Frigini Ferro

LAYOUT

Secretaria da Presidência
Diretoria de Comunicação Social

Destaques



[Constituição Federal](#)



[Constituição do Estado de São Paulo](#)



[Portal de Legislação do Planalto Federal](#)



[ALESP – Legislação do Estado de São Paulo](#)



[Legislação do Município de São Paulo](#)



[Legislação dos demais municípios \(SP\)](#)



[Consulta de Legislação e Normas – TJSP](#)

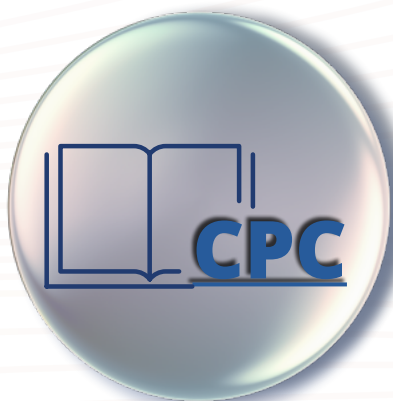


[Lei de Introdução às Normas do Direito](#)



[A Constituição e o Supremo](#)

Códigos



Código de
Processo Civil



Código Tributário
Nacional



Código de Trânsito
Brasileiro



Código de Defesa
do Consumidor



Código Florestal



Código de Defesa
do Contribuinte



Demais Códigos

Estatutos



[Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei nº 8.069/1990](#)



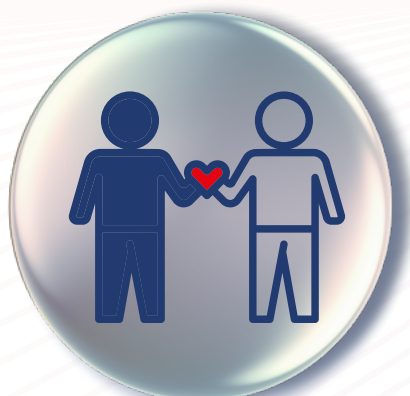
[Estatuto da Pessoa Idosa - Lei nº 10.741/2003](#)



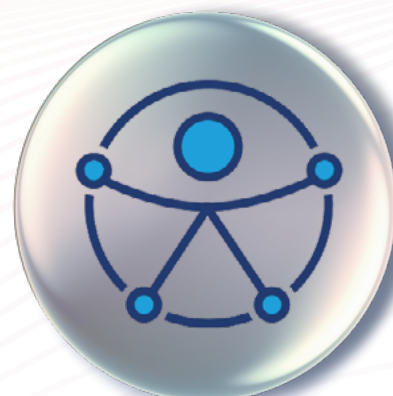
[Estatuto da Cidade - Lei nº 10.257/2001](#)



[Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil \(OAB\) - Lei nº 8.906/1994](#)



[Estatuto da Igualdade Racial - Lei nº 12.288/2010](#)



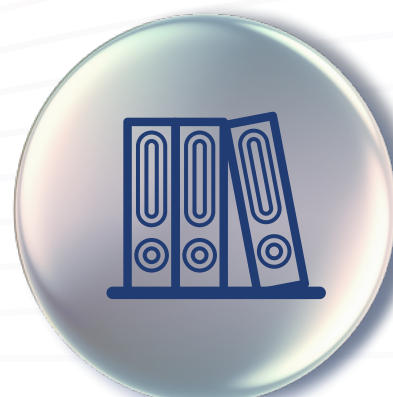
[Estatuto da Pessoa com Deficiência - Lei nº 13.146/2015](#)



[Estatuto dos Direitos do Paciente - Lei nº 15.378/2026](#)



[Estatuto da Terra - Lei nº 4.504/1964](#)



[Demais estatutos, consulte aqui](#)

Legislação por temas



Ação Civil Pública
Ação Popular



Desapropriações



Execução Fiscal



Improbidade Administrativa



Juizados Especiais



Legislação Ambiental



Legislação Financeira



Legislação Previdenciária



Legislação Tributária



Legislação Urbanística



Licitações e Contratos



Servidores Públicos

Legislação esparsa



AÇÃO CIVIL PÚBLICA AÇÃO POPULAR

Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985

Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (VETADO) e dá outras providências.

Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965

Regula a ação popular.



DESAPROPRIAÇÕES

Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941

Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública.



EDUCAÇÃO PÚBLICA

LEGISLAÇÃO FEDERAL DE APLICAÇÃO GERAL

POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

Lei nº 14.819, de 16 de janeiro de 2024

Institui a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares.

ENSINO MÉDIO

[Lei nº 14.818, de 16 de janeiro de 2024](#)

Institui incentivo financeiro-educacional, na modalidade de poupança, aos estudantes matriculados no ensino médio público; e altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, e a Lei nº 14.075, de 22 de outubro de 2020.

EDUCAÇÃO BÁSICA

[Lei nº 15.344, de 12 de janeiro de 2026](#)

Institui a Política Nacional de Indução à Docência na Educação Básica - *Mais Professores para o Brasil*.

[Lei nº 14.817, de 16 de janeiro de 2024](#)

Estabelece diretrizes para a valorização dos profissionais da educação escolar básica pública.

[Lei nº 14.172, de 10 de junho de 2021](#)

Dispõe sobre a garantia de acesso à internet, com fins educacionais, a alunos e a professores da educação básica pública.

FUNDEB – FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

[Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020](#)

Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de que trata o art. 212-A da Constituição Federal; revoga dispositivos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007; e dá outras providências.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – PNE

[Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026](#)

Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL – LDB

[Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#)

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.



LEGISLAÇÃO ESTADUAL DE APLICAÇÃO GERAL PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO

Lei nº 16.279, de 8 de julho de 2016

Aprova o Plano Estadual de Educação de São Paulo e dá outras providências.

Conselho Estadual de Educação de São Paulo

Lei nº 10.403, de 06 de julho de 1971

Reorganiza o Conselho Estadual de Educação.



EXECUÇÃO FISCAL

LEI DE EXECUÇÃO FISCAL

Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980

Lei de Execução Fiscal (LEF). Dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, e dá outras providências.

IMPENHORABILIDADE

Lei nº 14.334, de 10 de setembro de 2022

Dispõe sobre a impenhorabilidade de bens de hospitais filantrópicos e Santas Casas de Misericórdia.



FALÊNCIA

Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005

Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária.



IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Lei nº 8.429, de 8 de junho de 1992

Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.

JUIZADOS ESPECIAIS

JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS

Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995

Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências.

JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA

Lei nº 12.153, de 22 de dezembro de 2009

Dispõe sobre os Juizados Especiais da Fazenda Pública no âmbito dos estados, do Distrito Federal, dos territórios e dos municípios.

JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS (JEFs)

Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001

Dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal.



LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

AGROTÓXICOS

Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989

Revogado pela Lei nº 14.785, de 2023.

Lei nº 14.785, de 27 de dezembro de 2023

Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem, a rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e das embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, de produtos de controle ambiental, de seus produtos técnicos e afins; revoga as Leis nºs 7.802, de 11 de julho de 1989, e 9.974, de 6 de junho de 2000, e partes de anexos das Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 9.782, de 26 de janeiro de 1999.

ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981

Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental e dá outras providências.

CÓDIGO FLORESTAL

Lei nº 12.651,0 de 25 de maio de 2012

Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

CRIMES AMBIENTAIS

Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998

Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008

Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências.

IBAMA

[Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989](#)

Dispõe sobre a extinção de órgão e de entidade autárquica, cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e dá outras providências.

LEI DAS ATIVIDADES NUCLEARES

[Lei nº 6.453, de 17 de outubro de 1977](#)

Dispõe sobre a responsabilidade civil por danos nucleares e a responsabilidade criminal por atos relacionados com atividades nucleares e dá outras providências.

LEI DA EXPLORAÇÃO MINERAL

[Lei nº 7.805, de 18 de julho de 1989](#)

Altera o Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, cria o regime de permissão de lavra garimpeira, extingue o regime de matrícula, e dá outras providências.

LEI DA MATA ATLÂNTICA

[Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006](#)

Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências.

LEI NACIONAL DE SANEAMENTO BÁSICO

[Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007](#)

Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico; cria o Comitê Interministerial de Saneamento Básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.666, de 21 de junho de 1993, e 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; e revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978. (Redação pela Lei nº 14.026, de 2020)

POLÍTICA AGRÍCOLA

[Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991](#)

Dispõe sobre a política agrícola.

POLÍTICA DE ACOLHIMENTO E MANEJO DE ANIMAIS RESGATADOS (AMAR)

[Lei nº 15.355, de 11 de março de 2026](#)

Institui a Política de Acolhimento e Manejo de Animais Resgatados (*Amar*); e altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, 12.334, de 20 de setembro de 2010, e 12.340, de 1º de dezembro de 2010.

POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS (PNRS)

Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010

Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.

POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997

Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.

POLÍTICA NACIONAL DE PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS

Lei nº 14.119, de 13 de janeiro de 2021

Institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais; e altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para adequá-las à nova política.

POLÍTICA NACIONAL DE QUALIDADE DO AR

Lei nº 14.850, de 2 de maio de 2024

Institui a Política Nacional de Qualidade do Ar.

POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981

Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA (SNUC)

Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000

Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

ZONEAMENTO INDUSTRIAL

Lei nº 6.803, de 2 de julho de 1980

Dispõe sobre as diretrizes básicas para o zoneamento industrial nas áreas críticas de poluição, e dá outras providências.

LEGISLAÇÃO IBAMA

RESOLUÇÕES

DEMAIS NORMAS



LEGISLAÇÃO ANTICORRUPÇÃO

LEI ANTICORRUPÇÃO

Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013

Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.

CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS CONTRA A CORRUPÇÃO (MÉRIDA)

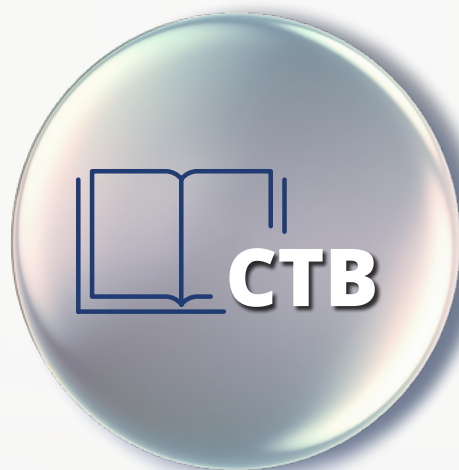
Decreto nº 5.687, de 31 de janeiro de 2006

Promulga a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, adotada pela Assembléia-Geral das Nações Unidas em 31 de outubro de 2003 e assinada pelo Brasil em 9 de dezembro de 2003.

CONVENÇÃO INTERAMERICANA CONTRA A CORRUPÇÃO

Decreto nº 4.410, de 7 de outubro de 2002

Promulga a Convenção Interamericana contra a Corrupção, de 29 de março de 1996, com reserva para o art. XI, parágrafo 1º, inciso "C".



LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO

CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO

Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997

Institui o Código de Trânsito Brasileiro.



LEGISLAÇÃO FINANCEIRA

DIREITO FINANCEIRO

Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

APOSENTADORIA E PENSÕES

Lei Complementar nº 1.354, de 6 de março de 2020

Dispõe sobre as aposentadorias e pensões do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos ocupantes de cargo de provimento efetivo, nos termos do artigo 126 da Constituição do Estado de São Paulo, e dá outras providências.

HONORÁRIOS PERICIAIS

Lei nº 13.876, de 20 de setembro de 2019

Dispõe sobre honorários periciais em ações em que o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) figure como parte e altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

LICENÇA E SALÁRIO-PATERNIDADE

Lei nº 15.371, de 31 de março de 2026

Dispõe sobre a licença-paternidade; institui o salário-paternidade no âmbito da Previdência Social; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991 (Lei Orgânica da Seguridade Social), 8.213, de 24 de julho de 1991, e 11.770, de 9 de setembro de 2008.



PLANO DE BENEFÍCIOS

[Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991](#)

Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

SEGURIDADE SOCIAL E PLANO DE CUSTEIO

[Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991](#)

Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

LEGISLAÇÃO FEDERAL DE APLICAÇÃO GERAL

CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL

[Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966](#)

Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios.

CÓDIGO DE DEFESA DO CONTRIBUINTE

[Lei complementar nº 225, de 8 de janeiro de 2026](#)

Institui o Código de Defesa do Contribuinte.

CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

[Decreto-lei nº 195, de 24 de fevereiro de 1967](#)

Dispõe sobre a cobrança da Contribuição de Melhoria.

ENTIDADES BENEFICENTES

[Lei complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021](#)

Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes e regula os procedimentos referentes à imunidade de contribuições à seguridade social de que trata o § 7º do art. 195 da Constituição Federal; altera as Leis nos 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), e 9.532, de 10 de dezembro de 1997; revoga a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e dispositivos das Leis nos 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e 12.249, de 11 de junho de 2010; e dá outras providências.



ESTATUTO NACIONAL DE SIMPLIFICAÇÃO DE OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS ACESSÓRIAS

Lei complementar nº 199, de 1º de agosto de 2023

Institui o Estatuto Nacional de Simplificação de Obrigações Tributárias Acessórias; e dá outras providências.

LEI DAS REMISSÕES DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Lei complementar nº 160, de 7 de agosto de 2017

Dispõe sobre convênio que permite aos Estados e ao Distrito Federal deliberar sobre a remissão dos créditos tributários, constituídos ou não, decorrentes das isenções, dos incentivos e dos benefícios fiscais ou financeiro-fiscais instituídos em desacordo com o disposto na alínea "g" do inciso XII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal e a reinstauração das respectivas isenções, incentivos e benefícios fiscais ou financeiro-fiscais; e altera a Lei no 12.973, de 13 de maio de 2014.

MEDIDA CAUTELAR FISCAL

Lei nº 8.397, de 6 de janeiro de 1992

Institui medida cautelar fiscal e dá outras providências.

SUPER SIMPLES

Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006

Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis no 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei no 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar no 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis no 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999.

REFORMA TRIBUTÁRIA

Emenda constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023

Altera o Sistema Tributário Nacional.

Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025

Institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS); cria o Comitê Gestor do IBS e altera a legislação tributária.

Lei Complementar nº 227, de 13 de janeiro de 2026

Institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CGIBS); dispõe sobre o processo administrativo tributário do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e sobre a distribuição do

produto da arrecadação do IBS aos entes federativos; institui normais gerais relativas ao Imposto sobre Transmissão Causa mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD); altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, a Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, a Lei nº 10.893, de 13 julho de 2004, a Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, a Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990, a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996 (Lei Kandir), a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, a Lei Complementar nº 192, de 11 de março de 2022, a Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, o Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; e revoga dispositivos da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001.

LEGISLAÇÃO ESTADUAL DE APLICAÇÃO GERAL

CADIN

[Lei nº 12.799, de 11 de janeiro de 2008](#)

(Atualizada até a Lei nº 13.027, de 28 de maio de 2008)

Dispõe sobre o Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de órgãos e entidades estaduais - **Cadin Estadual**.

[Decreto nº 53.455, de 19 de setembro de 2008](#)

Regulamenta a Lei nº 12.799, de 11 de janeiro de 2008, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de órgãos e entidades estaduais - **Cadin Estadual**, e dá providências correlatas.

CÓDIGO DE DIREITOS, GARANTIAS E OBRIGAÇÕES DO CONTRIBUINTE

[Lei complementar nº 939, de 03 de abril de 2003](#)

Institui o código de direitos, garantias e obrigações do contribuinte no Estado de São Paulo.

PROGRAMA DE ESTÍMULO À CONFORMIDADE TRIBUTÁRIA

[Lei Complementar nº 1.320, de 06 de abril de 2018](#)

Institui o Programa de Estímulo à Conformidade Tributária - **“Nos Conformes”**, define princípios para o relacionamento entre os contribuintes e o Estado de São Paulo e estabelece regras de conformidade tributária.

TRIBUTOS ESTADUAIS

ICMS

[Lei Kandir – Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996](#)

Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências.

LEI DOS CONVÊNIOS PARA A CONCESSÃO DE ISENÇÕES

Lei complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975

Dispõe sobre os convênios para a concessão de isenções do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias, e dá outras providências.

REGULAMENTO DO ICMS – RICMS

IPVA

Legislação sobre o IPVA no estado de SP

Legislação (fazenda.sp.gov.br)

ITCMD

Legislação sobre o ITCMD no estado de SP

Legislação (fazenda.sp.gov.br)

TAXAS

Legislação sobre taxas no estado de SP

Lei nº 15.266, de 26 de dezembro de 2013

Dispõe sobre o tratamento tributário relativo às taxas no âmbito do Poder Executivo Estadual.

TRIBUTOS MUNICIPAIS

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS TRIBUTÁRIAS

Decreto nº 63.698 de 27 de agosto de 2024

Aprova a Consolidação das Leis Tributárias do Município de São Paulo, bem como dispõe sobre a aplicação do disposto no “caput” do artigo 1ºA da Lei nº 10.734, de 30 de junho de 1989, aos débitos que especifica.

CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

Lei nº 10.212 de 11 de dezembro de 1986

Dispõe sobre a Contribuição de Melhoria e dá outras providências.

IPTU

Legislação Municipal de São Paulo sobre o IPTU

[Lei Complementar nº 175, de 23 de setembro de 2020](#)

Dispõe sobre o padrão nacional de obrigação acessória do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (**ISSQN**), de competência dos Municípios e do Distrito Federal, incidente sobre os serviços previstos nos subitens 4.22, 4.23, 5.09, 15.01 e 15.09 da lista de serviços anexa à Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003; altera dispositivos da referida Lei Complementar; prevê regra de transição para a partilha do produto da arrecadação do ISSQN entre o Município do local do estabelecimento prestador e o Município do domicílio do tomador relativamente aos serviços de que trata; e dá outras providências.

[Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003](#)

Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências.

[LEGISLAÇÃO MUNICIPAL DE SÃO PAULO SOBRE O ISS](#)

ITBI

[Lei nº 11.154 de 30 de dezembro de 1991](#)

Dispõe sobre o Imposto sobre Transmissão "**inter vivos**", a qualquer título por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos à sua aquisição, e dá outras providências.

[Legislação Municipal de São Paulo sobre o ITBI](#)

TAXAS | LEGISLAÇÃO MUNICIPAL DE SÃO PAULO

TAXAS MOBILIÁRIAS

TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS - TFE

[Lei nº 13.477, de 30 de dezembro de 2002](#)

Institui a Taxa de Fiscalização de Estabelecimentos - TFE, e dá outras providências.

TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE ANÚNCIOS - TFA

[Lei nº 14.223, de 26 de setembro de 2006](#)

Dispõe sobre a ordenação dos elementos que compõem a paisagem urbana do Município de São Paulo.

TAXAS DE RESÍDUOS SÓLIDOS

[Taxa de Resíduos Sólidos - Secretaria Municipal da Fazenda.](#)

IMPORTANTE

A legislação tributária dos demais municípios do Estado de São Paulo pode ser encontrada diretamente nas páginas das respectivas câmaras municipais cujos links estão disponibilizados abaixo, no capítulo [Legislação Municipal](#).



LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA

ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA

Lei nº 15.391, de 15 de abril de 2026

Dispõe sobre medidas excepcionais destinadas ao enfrentamento de impactos decorrentes de estado de calamidade pública aplicáveis às parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil.

ESTATUTO DA CIDADE

Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001

Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

ESTATUTO DA METRÓPOLE

Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015

Institui o Estatuto da MetrÓpole, altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências.

PARCELAMENTO DO SOLO URBANO

Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979

Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências.

PATRIMÔNIO CULTURAL (TOMBAMENTO)

Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937

Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

POLÍTICA NACIONAL DE MOBILIDADE URBANA (PNMU)

Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012

Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana; revoga dispositivos dos Decretos-Leis nºs 3.326, de 3 de junho de 1941, e 5.405, de 13 de abril de 1943, da

Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e das Leis nºs 5.917, de 10 de setembro de 1973, e 6.261, de 14 de novembro de 1975; e dá outras providências.

POLÍTICA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

[Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012](#)

Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – **PNPDEC**; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – **SINPDEC** e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil – **CONPDEC**; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis nºs 12.340, de 1º de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências.

PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA

[Lei nº 14.620, de 13 de julho de 2023](#)

Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 (Lei da Desapropriação), a Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei dos Registros Públicos), a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990 (Lei do FGTS), a Lei nº 8.677, de 13 de julho de 1993, a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, a Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, a Lei nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), a Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), a Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017, a Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020, a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), a Lei nº 14.300, de 6 de janeiro de 2022, e a Lei nº 14.382, de 27 de junho de 2022, e revoga dispositivos da Lei nº 14.118, de 12 de janeiro de 2021.

[Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009](#)

Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – **PMCMV** e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

REGISTROS PÚBLICOS

[Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973](#)

Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências.

Lei nº 14.382, de 27 de junho de 2022

Dispõe sobre o Sistema Eletrônico dos Registros Públicos (**SERP**); altera as Leis nºs 4.591, de 16 de dezembro de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.935, de 18 de novembro de 1994, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 11.977, de 7 de julho de 2009, 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e 13.465, de 11 de julho de 2017; e revoga a Lei nº 9.042, de 9 de maio de 1995, e dispositivos das Leis nºs 4.864, de 29 de novembro de 1965, 8.212, de 24 de julho de 1991, 12.441, de 11 de julho de 2011, 12.810, de 15 de maio de 2013, e 14.195, de 26 de agosto de 2021.

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017

Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal; institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União; altera as Leis nºs 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, 13.001, de 20 de junho de 2014, 11.952, de 25 de junho de 2009, 13.340, de 28 de setembro de 2016, 8.666, de 21 de junho de 1993, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 12.512, de 14 de outubro de 2011, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), 11.977, de 7 de julho de 2009, 9.514, de 20 de novembro de 1997, 11.124, de 16 de junho de 2005, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 10.257, de 10 de julho de 2001, 12.651, de 25 de maio de 2012, 13.240, de 30 de dezembro de 2015, 9.636, de 15 de maio de 1998, 8.036, de 11 de maio de 1990, 13.139, de 26 de junho de 2015, 11.483, de 31 de maio de 2007, e a 12.712, de 30 de agosto de 2012, a Medida Provisória nº 2.220, de 4 de setembro de 2001, e os Decretos-Leis nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, 1.876, de 15 de julho de 1981, 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 3.365, de 21 de junho de 1941; revoga dispositivos da Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993, e da Lei nº 13.347, de 10 de outubro de 2016; e dá outras providências.

SISTEMA NACIONAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (SNHIS)

Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005

Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – **SNHIS**, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – **FNHIS** e institui o Conselho Gestor do **FNHIS**.



LICITAÇÕES E CONTRATOS

[Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#)

Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

CONCESSÃO E PERMISSÃO

[Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995](#)

Estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos e dá outras providências.

[Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995](#)

Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências.

PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA

[Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004](#)

Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.



MAGISTRATURA

[Lei Complementar nº 35, de 14 de março de 1979](#)

Dispõe sobre a Lei Orgânica da Magistratura Nacional.

[Código de Ética da Magistratura Nacional](#)

[Decreto-lei Complementar nº 3, de 27 de agosto de 1969](#)

Código Judiciário do Estado de São Paulo.



PRESCRIÇÃO QUINQUENAL

[Decreto nº 20.910, de 6 de janeiro de 1932](#)

Regula a prescrição quinquenal.



PROCESSO ADMINISTRATIVO

FEDERAL

Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999

Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

ESTADO DE SÃO PAULO

Lei nº 10.177, de 30 de dezembro de 1998

Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual.



PROTEÇÃO E DEFESA DA MULHER

Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006

Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera os Decretos-Lei nºs 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal); e dá outras providências (Lei Maria da Penha).

NOTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA

Lei nº 10.778, de 24 de novembro de 2003

Estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados.

VIOLÊNCIA SEXUAL

Lei nº 12.845, de 1º de agosto de 2013

Dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual.

ESTADO DE SÃO PAULO

Lei nº 17.431, de 14 de outubro de 2021

Consolida a legislação paulista relativa à proteção e defesa da mulher.



SAÚDE PÚBLICA

[CLICK LEGIS](#)

FEDERAL

Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990

Cria Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990

Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências.

Lei nº 14.758, de 19 de dezembro de 2023

Institui a Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e o Programa Nacional de Navegação da Pessoa com Diagnóstico de Câncer; e altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde).

Lei nº 15.378, de 6 de abril de 2026

Institui o Estatuto dos Direitos do Paciente.

Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012

Regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências.

Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011

Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde – SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.

ESTADO DE SÃO PAULO

Lei Complementar Estadual nº 791, de 9 de março de 1995

Estabelece o Código de Saúde no Estado.

MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Legislação municipal - pesquisas prontas - saúde.



SERVIDORES PÚBLICOS

ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CIVIS DO ESTADO DE SÃO PAULO

[Lei nº 10.261, de 28 de outubro de 1968](#)

Dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado.

LEI 500 – SP

[Lei nº 500, de 13 de novembro de 1974](#)

Institui o regime jurídico dos servidores admitidos em caráter temporário e dá providências correlatas.

CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

[Lei Complementar nº 1.093, de 16 de julho de 2009](#)

Dispõe sobre a contratação por tempo determinado de que trata o inciso X do artigo 115 da Constituição Estadual e dá outras providências correlatas.

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES (SPPREV)

[Lei Complementar nº 1.354, de 06 de março de 2020](#)

Dispõe sobre as aposentadorias e pensões do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos ocupantes de cargo de provimento efetivo, nos termos do artigo 126 da Constituição do Estado de São Paulo, e dá outras providências.

ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS FEDERAIS

[Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990](#)

Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

IAMSPE

[Legislação Iamspe](#)



LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (SP)

Organizada em ordem alfabética, pela inicial do município.



[Voltar ao índice
alfabético](#)[Adamantina](#)[Adolfo](#)[Aguai](#)[Águas da Prata](#)[Águas de Lindóia](#)[Águas de Santa Bárbara](#)[Águas de São Pedro](#)[Agudos](#)[Alambari](#)[Alfredo Marcondes](#)[Altair](#)[Altinópolis](#)[Alto Alegre](#)[Alumínio](#)[Álvares Florence](#)[Álvares Machado](#)[Álvaro de Carvalho](#)[Alvinlândia](#)[Americana](#)[Américo Brasiliense](#)[Américo de Campos](#)[Amparo](#)[Analândia](#)[Andradina](#)[Angatuba](#)[Anhembi](#)[Anhumas](#)[Aparecida](#)[Aparecida d'Oeste](#)[Apiáí](#)[Araçariguama](#)[Araçatuba](#)[Araçoiaba da Serra](#)[Aramina](#)[Arandu](#)[Arapeí](#)[Araraquara](#)[Araras](#)[Arco-íris](#)[Arealva](#)[Areias](#)[Areiópolis](#)[Ariranha](#)[Artur Nogueira](#)[Arujá](#)[Aspásia](#)[Assis](#)[Atibaia](#)[Auriflama](#)[Avaí](#)[Avanhandava](#)[Avaré](#)

[Bady Bassitt](#)[Balbinos](#)[Bálsamo](#)[Bananal](#)[Barão de Antonina](#)[Barbosa](#)[Bariri](#)[Barra Bonita](#)[Barra do Chapéu](#)[Barra do Turvo](#)[Barretos](#)[Barrinha](#)[Barueri](#)[Bastos](#)[Batatais](#)[Bauru](#)[Bebedouro](#)[Bento de Abreu](#)[Bernardino de Campos](#)[Bertioga](#)[Bilac](#)[Birigui](#)[Biritiba Mirim](#)[Boa Esperança do Sul](#)[Bocaina](#)[Bofete](#)[Boituva](#)[Bom Jesus dos Perdões](#)[Bom Sucesso de Itararé](#)[Borá](#)[Boraceia](#)[Borborema](#)[Borebi](#)[Botucatu](#)[Bragança Paulista](#)[Braúna](#)[Brejo Alegre](#)[Brodowski](#)[Brotas](#)[Buri](#)[Buritama](#)[Buritizal](#)

[Voltar ao índice alfabético](#)[Cabrália Paulista](#)[Cabreúva](#)[Caçapava](#)[Cachoeira Paulista](#)[Caconde](#)[Cafelândia](#)[Caiabu](#)[Caieiras](#)[Caiuá](#)[Cajamar](#)[Cajati](#)[Cajobi](#)[Cajuru](#)[Campina do Monte Alegre](#)[Campinas](#)[Campo Limpo Paulista](#)[Campos do Jordão](#)[Campos Novos Paulista](#)[Cananeia](#)[Canas](#)[Cândido Mota](#)[Cândido Rodrigues](#)[Canitar](#)[Capão Bonito](#)[Capela do Alto](#)[Capivari](#)[Caraguatatuba](#)[Carapicuíba](#)[Cardoso](#)[Casa Branca](#)[Cássia dos Coqueiros](#)[Castilho](#)[Catanduva](#)[Catiguá](#)[Cedral](#)[Cerqueira César](#)[Cerquillo](#)[Cesário Lange](#)[Charqueada](#)[Chavantes](#)[Clementina](#)[Colina](#)[Colômbia](#)[Conchal](#)[Conchas](#)[Cordeirópolis](#)[Coroados](#)[Coronel Macedo](#)[Corumbataí](#)[Cosmópolis](#)[Cosmorama](#)[Cotia](#)[Cravinhos](#)[Cristais Paulista](#)[Cruzália](#)[Cruzeiro](#)[Cubatão](#)[Cunha](#)

[Descalvado](#)[Diadema](#)[Dirce Reis](#)[Divinolândia](#)[Dobrada](#)[Dois Córregos](#)[Dolcinópolis](#)[Dourado](#)[Dracena](#)[Duartina](#)[Dumont](#)[Echaporã](#)[Eldorado](#)[Elias Fausto](#)[Elisiário](#)[Embaúba](#)[Embu das Artes](#)[Embu-Guaçu](#)[Emilianópolis](#)[Engenheiro Coelho](#)[Espírito Santo do Pinhal](#)[Espírito Santo do Turvo](#)[Estiva Gerbi](#)[Estrela do Norte](#)[Estrela d'Oeste](#)[Euclides da Cunha Paulista](#)[Fartura](#)[Fernando Prestes](#)[Fernandópolis](#)[Fernão](#)[Ferraz de Vasconcelos](#)[Flora Rica](#)[Floreal](#)[Flórida Paulista](#)[Florínea](#)[Franca](#)[Francisco Morato](#)[Franco da Rocha](#)

[Voltar ao índice alfabético](#)[Gabriel Monteiro](#)[Gália](#)[Garça](#)[Gastão Vidigal](#)[Gavião Peixoto](#)[General Salgado](#)[Getulina](#)[Glicério](#)[Guaíçara](#)[Guaimbê](#)[Guaira](#)[Guapiaçu](#)[Guapiara](#)[Guará](#)[Guaraçaí](#)[Guaraci](#)[Guarani d'Oeste](#)[Guarantã](#)[Guararapes](#)[Guararema](#)[Guaratinguetá](#)[Guareí](#)[Guariba](#)[Guarujá](#)[Guarulhos](#)[Guatapará](#)[Guzolândia](#)[Herculândia](#)[Holambra](#)[Hortolândia](#)



| | | |
|--------------------------------------|----------------------------------|-------------------------------------|
| Iacanga | Iacri | Iaras |
| Ibaté | Ibirá | Ibirarema |
| Ibitinga | Ibiúna | Icém |
| Iepê | Igaraçu do Tietê | Igarapava |
| Igaratá | Iguape | Ilha Comprida |
| Ilha Solteira | Ilhabela | Indaiatuba |
| Indiana | Indiaporã | Inúbia Paulista |
| Ipaussu | Iperó | Ipeúna |
| Ipirá | Iporanga | Ipuã |
| Iracemópolis | Irapuã | Irapuru |
| Itaberá | Itaí | Itajobi |
| Itaju | Itanhaém | Itaoca |
| Itapeçerica da Serra | Itapetininga | Itapeva |
| Itapevi | Itapira | Itapirapuã Paulista |
| Itápolis | Itaporanga | Itapuí |
| Itapura | Itaquaquetuba | Itararé |
| Itariri | Itatiba | Itatinga |
| Itirapina | Itirapuã | Itobi |
| Itu | Itupeva | Ituverava |

[Voltar ao índice
alfabético](#)[Jaborandi](#)[Jaboticabal](#)[Jacareí](#)[Jaci](#)[Jacupiranga](#)[Jaguariúna](#)[Jales](#)[Jambeiro](#)[Jandira](#)[Jardinópolis](#)[Jarinu](#)[Jaú](#)[Jeriquara](#)[Joanópolis](#)[João Ramalho](#)[José Bonifácio](#)[Júlio Mesquita](#)[Jumirim](#)[Jundiaí](#)[Junqueirópolis](#)[Juquiá](#)[Juquitiba](#)[Lagoinha](#)[Laranjal Paulista](#)[Lavínia](#)[Lavrinhas](#)[Leme](#)[Lençóis Paulista](#)[Limeira](#)[Lindóia](#)[Lins](#)[Lorena](#)[Lourdes](#)[Louveira](#)[Lucélia](#)[Lucianópolis](#)[Luiz Antônio](#)[Luiziânia](#)[Lupércio](#)[Lutécia](#)

[Macatuba](#)[Macaubal](#)[Macedônia](#)[Magda](#)[Mairinque](#)[Mairiporã](#)[Manduri](#)[Marabá Paulista](#)[Maracaí](#)[Marapoama](#)[Mariápolis](#)[Marília](#)[Marinópolis](#)[Martinópolis](#)[Matão](#)[Mauá](#)[Mendonça](#)[Meridiano](#)[Mesópolis](#)[Miguelópolis](#)[Mineiros do Tietê](#)[Mira Estrela](#)[Miracatu](#)[Mirandópolis](#)[Mirante do Paranapanema](#)[Mirassol](#)[Mirassolândia](#)[Mococa](#)[Mogi das Cruzes](#)[Mogi Guaçu](#)[Mogi Mirim](#)[Mombuca](#)[Monções](#)[Mongaguá](#)[Monte Alegre do Sul](#)[Monte Alto](#)[Monte Aprazível](#)[Monte Azul Paulista](#)[Monte Castelo](#)[Monte Mor](#)[Monteiro Lobato](#)[Morro Agudo](#)[Morungaba](#)[Motuca](#)[Murutinga do Sul](#)

[Voltar ao índice
alfabético](#)[Nantes](#)[Narandiba](#)[Natividade da Serra](#)[Nazaré Paulista](#)[Neves Paulista](#)[Nhandeara](#)[Nipoã](#)[Nova Aliança](#)[Nova Campina](#)[Nova Canaã Paulista](#)[Nova Castilho](#)[Nova Europa](#)[Nova Granada](#)[Nova Guataporanga](#)[Nova Independência](#)[Nova Luzitânia](#)[Nova Odessa](#)[Novais](#)[Novo Horizonte](#)[Nuporanga](#)[Ocaçu](#)[Óleo](#)[Olímpia](#)[Onda Verde](#)[Oriente](#)[Orindiúva](#)[Orlândia](#)[Osasco](#)[Oscar Bressane](#)[Oswaldo Cruz](#)[Ourinhos](#)[Ouro Verde](#)[Ouroeste](#)



| | | |
|-------------------------------------|------------------------------------|---------------------------------------|
| Pacaembu | Palestina | Palmares Paulista |
| Palmeira d'Oeste | Palmital | Panorama |
| Paraguaçu Paulista | Paraibuna | Paraíso |
| Paranapanema | Paranapuã | Parapuã |
| Pardinho | Pariquera-Açu | Parisi |
| Patrocínio Paulista | Pauliceia | Paulínia |
| Paulistânia | Paulo de Faria | Pederneiras |
| Pedra Bela | Pedranópolis | Pedregulho |
| Pedreira | Pedrinhas Paulista | Pedro de Toledo |
| Penápolis | Pereira Barreto | Pereiras |
| Peruíbe | Piacatu | Piedade |
| Pilar do Sul | Pindamonhangaba | Pindorama |
| Pinhalzinho | Piquerobi | Piquete |
| Piracaia | Piracicaba | Piraju |
| Pirajuí | Pirangi | Pirapora do Bom Jesus |
| Pirapozinho | Pirassununga | Piratininga |
| Pitangueiras | Planalto | Platina |
| Poá | Poloni | Pompéia |
| Pongá | Pontal | Pontalinda |

Voltar ao índice
alfabético



[Pontes Gestal](#)

[Populina](#)

[Porangaba](#)

[Porto Feliz](#)

[Porto Ferreira](#)

[Potim](#)

[Potirendaba](#)

[Pracinha](#)

[Pradópolis](#)

[Praia Grande](#)

[Pratânia](#)

[Presidente Alves](#)

[Presidente Bernardes](#)

[Presidente Epitácio](#)

[Presidente Prudente](#)

[Presidente Venceslau](#)

[Promissão](#)



[Quadra](#)

[Quatá](#)

[Queiroz](#)

[Queluz](#)

[Quintana](#)

[Rafard](#)[Rancharia](#)[Redenção da Serra](#)[Regente Feijó](#)[Reginópolis](#)[Registro](#)[Restinga](#)[Ribeira](#)[Ribeirão Bonito](#)[Ribeirão Branco](#)[Ribeirão Corrente](#)[Ribeirão do Sul](#)[Ribeirão dos Índios](#)[Ribeirão Grande](#)[Ribeirão Pires](#)[Ribeirão Preto](#)[Rifaina](#)[Rincão](#)[Rinópolis](#)[Rio Claro](#)[Rio das Pedras](#)[Rio Grande da Serra](#)[Riolândia](#)[Riversul](#)[Rosana](#)[Roseira](#)[Rubiácea](#)[Rubinéia](#)[Sabino](#)[Sagres](#)[Sales](#)[Sales Oliveira](#)[Salesópolis](#)[Salmourão](#)[Saltinho](#)[Salto](#)[Salto de Pirapora](#)[Salto Grande](#)[Sandovalina](#)[Santa Adélia](#)[Santa Albertina](#)[Santa Bárbara d'Oeste](#)[Santa Branca](#)[Santa Clara d'Oeste](#)[Santa Cruz da Conceição](#)[Santa Cruz da Esperança](#)[Santa Cruz das Palmeiras](#)[Santa Cruz do Rio Pardo](#)[Santa Ernestina](#)

[Voltar ao índice
alfabético](#)

| | | |
|--|--|--|
| Santa Fé do Sul | Santa Gertrudes | Santa Isabel |
| Santa Lúcia | Santa Maria da Serra | Santa Mercedes |
| Santa Rita do Passa Quatro | Santa Rita d'Oeste | Santa Rosa de Viterbo |
| Santa Saete | Santana da Ponte Pensa | Santana de Parnaíba |
| Santo Anastácio | Santo André | Santo Antônio da Alegria |
| Santo Antônio de Posse | Santo Antônio do Aracanguá | Santo Antônio do Jardim |
| Santo Antônio do Pinhal | Santo Expedito | Santópolis do Aguapeí |
| Santos | São Bento do Sapucaí | São Bernardo do Campo |
| São Caetano do Sul | São Carlos | São Francisco |
| São João da Boa Vista | São João das Duas Pontes | São João de Iracema |
| São João do Pau d'Alho | São Joaquim da Barra | São José da Bela Vista |
| São José do Barreiro | São José do Rio Pardo | São José do Rio Preto |
| São José dos Campos | São Lourenço da Serra | São Luiz do Paraitinga |
| São Manuel | São Miguel Arcanjo | São Pedro |
| São Pedro do Turvo | São Roque | São Sebastião |
| São Sebastião da Gramma | São Simão | São Vicente |
| Sarapuí | Sarutaiá | Sebastianópolis do Sul |
| Serra Azul | Serra Negra | Serrana |
| Sertãozinho | Sete Barras | Severínia |

[Silveiras](#)[Socorro](#)[Sorocaba](#)[Sud Mennucci](#)[Sumaré](#)[Suzanópolis](#)[Suzano](#)[Tabapuã](#)[Tabatinga](#)[Taboão da Serra](#)[Taciba](#)[Taguaí](#)[Taiacu](#)[Taiúva](#)[Tambaú](#)[Tanabi](#)[Tapiraí](#)[Tapiratiba](#)[Taquaral](#)[Taquaritinga](#)[Taquarituba](#)[Taquarivaí](#)[Tarabai](#)[Tarumã](#)[Tatuí](#)[Taubaté](#)[Tejupá](#)[Teodoro Sampaio](#)[Terra Roxa](#)[Tietê](#)[Timburi](#)[Torre de Pedra](#)[Torrinha](#)[Trabiju](#)[Tremembé](#)[Três Fronteiras](#)[Tuiuti](#)[Tupã](#)[Tupi Paulista](#)[Turiúba](#)[Turmalina](#)

[Voltar ao índice
alfabético](#)



[Ubarana](#)

[Ubatuba](#)

[Ubirajara](#)

[Uchoa](#)

[União Paulista](#)

[Urânia](#)

[Uru](#)

[Urupês](#)



[Valentim Gentil](#)

[Valinhos](#)

[Valparaíso](#)

[Vargem](#)

[Vargem Grande do Sul](#)

[Vargem Grande Paulista](#)

[Várzea Paulista](#)

[Vera Cruz](#)

[Vinhedo](#)

[Viradouro](#)

[Vista Alegre do Alto](#)

[Vitória Brasil](#)

[Votorantim](#)

[Votuporanga](#)



[Zacarias](#)

Notou a falta de alguma legislação ou erro nas informações aqui presentes? Favor nos informar pelo e-mail cadip@tjsp.jus.br



O Cadip está no Telegram



[Visite a página do Cadip](#)